ESTRATÉGIAS DE RESISTÊNCIA CAMPONESA: ORGANIZAÇÃO DA VIDA, DO TRABALHO E DA PRODUÇÃO EM DUAS FAMÍLIAS DO ASSENTAMENTO SÃO JOAQUIM, EM TEIXEIRA SOARES/PR

MARIANA SCHNEIDER BARROS[1];
RENE EUGENIO SEIFERT[2]

[1]*Universidade Tecnológica Federal do Paraná* – marianaschneiderbarros@alunos.utfpr.edu.br
[2]*Universidade Tecnológica Federal do Paraná* – reneseifert@utfpr.edu.br

Resumo

O modelo convencional de organização do trabalho apresenta limites sociais, humanos e ambientais cada vez mais evidentes, tornando relevante a análise de formas organizativas distintas da lógica empresarial predominante. Este artigo tem como objetivo compreender as estratégias de resistência presentes na organização da vida, do trabalho e da produção de duas famílias camponesas do Assentamento São Joaquim, em Teixeira Soares, Paraná. A pesquisa possui abordagem qualitativa, caráter descritivo-exploratório e utilizou o estudo de caso como método. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevistas semiestruturadas, observação e conversas informais. Os resultados demonstram que as famílias organizam suas atividades a partir da centralidade da família, da pluriatividade, da diversificação produtiva, da pluriatividade e da relativa autonomia frente ao mercado. Observou-se que as unidades camponesas não se orientam exclusivamente pela lógica produtivista e pela maximização do lucro, mas pela reprodução social da família e pela permanência no território. Conclui-se que o assentamento constitui um espaço de construção de alternativas organizacionais e de resistência ao modelo convencional de organização do trabalho e da produção.

Palavras-chave: campesinato; resistência camponesa; assentamentos rurais; organização do trabalho; reprodução social.

1 Introdução

A organização do trabalho nas sociedades contemporâneas é majoritariamente orientada por uma lógica vinculada à acumulação ilimitada (Latouche, 2009), maximização da produtividade (Latouche, 2009; Illich, 1979) e a interesses utilitários associados à competitividade de mercado e à maximização do lucro (Vizeu, Seifert e Hocayen da Silva, 2015).

Essa lógica ultrapassa os limites das organizações empresariais e influencia profundamente as formas de vida, as relações sociais e a maneira como o trabalho é organizado. A respeito disso, autores como Antunes (2018), Gaulejac (2007) e Harvey (2011) apontam que a centralidade da produtividade e da competitividade tem contribuído para o aprofundamento da precarização do trabalho e da desigualdade social. Já Vizeu, Seifert e Hocayen da Silva (2015) argumentam que a centralidade da competitividade e da acumulação capitalista tende a subordinar valores humanos aos interesses utilitários e econômicos. Segundo Sachs (2002), a ambição do crescimento ilimitado prejudica não só a sustentabilidade social, mas também a ambiental. Dessa forma, o modelo convencional de organização apresenta dificuldades em responder aos problemas sociais e ecológicos

contemporâneos, uma vez que subordina o trabalho, a natureza e a própria vida à lógica da acumulação.

Nesse contexto, experiências sociais historicamente construídas fora da lógica empresarial convencional tornam-se relevantes para compreender outras possibilidades de organização do trabalho e da produção. Entre essas experiências, destaca-se o campesinato, cuja organização social e econômica estrutura-se a partir da reprodução da vida familiar, da manutenção da unidade produtiva e da relação com o território (Costa, 2024; Wanderley, 2003). Conforme Chayanov (1966), a unidade camponesa organiza sua produção buscando equilibrar as necessidades de consumo da família e a quantidade de trabalho disponível. Dessa forma, trabalho, consumo, produção e reprodução social encontram-se vinculados.

O campesinato constitui historicamente uma forma de resistência. Conforme van der Ploeg (2008), a condição camponesa é marcada pela busca por autonomia, pela construção de uma base própria de recursos e pela redução das dependências em relação ao mercado. Essa resistência manifesta-se em diferentes contextos como nas decisões cotidianas da organização do trabalho, do que produzir e como produzir e da relação com a terra (van der Ploeg, 2008).

No Brasil, os assentamentos rurais constituem espaços de materialização do campesinato, sendo eles resultantes de processos de luta pela terra e da atuação de movimentos sociais, como o do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Para Costa (2024), os assentamentos são espaços produtivos que vinculam projetos políticos e sociais que expressam outras formas de organizar a vida e o trabalho. Nesses espaços, segundo o MST (2009), o trabalho familiar, a diversificação produtiva, a cooperação e a agroecologia aparecem como elementos relevantes.

Embora exista uma ampla produção sobre a resistência camponesa, são menos exploradas as contradições internas presentes no cotidiano dos assentamentos e das unidades familiares, especialmente no que se refere às tensões entre permanência e saída do campo, aos conflitos geracionais, às dificuldades da sucessão rural e às dificuldades existentes nas estratégias de organização da vida, do trabalho e da produção. Nesse sentido, este estudo busca contribuir para o debate ao analisar como essas contradições se manifestam nas estratégias de resistência construídas por duas famílias assentadas no município de Teixeira Soares, Paraná.

Diante disso, o presente artigo tem como objetivo compreender como se constituem as estratégias de resistência presentes na organização da vida, do trabalho e da produção de duas famílias camponesas do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Teixeira Soares, Paraná, analisando as contradições e tensões presentes no cotidiano da reprodução social dessas famílias.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de ampliar os estudos sobre formas distintas de organização da vida e do trabalho, que não orientadas pelos princípios das organizações convencionais, especialmente no campo dos estudos organizacionais. Para a administração, a pesquisa contribui para ampliar a discussão e a investigação sobre formas de organizar diferentes do modelo empresarial convencional, vinculadas à ótica da sociologia rural. Ao analisar experiências camponesas, busca-se contribuir para o reconhecimento de lógicas organizacionais distintas das empresas convencionais, evidenciando práticas orientadas pela reprodução da vida, pela autonomia e pela permanência no território.

Ainda, o estudo contribui para a valorização das experiências dos assentamentos rurais enquanto espaços de resistência e construção de alternativas sociais, econômicas e produtivas. Em um contexto de aumento de afastamentos do trabalho por transtornos mentais, como ansiedade, depressão e estresse (Nações Unidas no Brasil, 2025), aumento das mudanças

climáticas e ultrapassagem dos limites do planeta (Boehm E Schumer, 2023), compreender as estratégias desenvolvidas pelas famílias camponesas torna-se relevante tanto do ponto de vista acadêmico quanto político e social-ambiental.

O presente artigo estrutura-se em cinco seções principais para garantir uma exposição lógica da investigação. Inicialmente, a Introdução contextualiza o tema, delimita o problema de pesquisa e apresenta os objetivos do estudo. Em seguida, a Revisão bibliográfica fundamenta teoricamente a discussão. Após, o Percurso Metodológico detalha os métodos, técnicas e procedimentos utilizados para a coleta e tratamento de dados. Sequencialmente, a seção de Resultados expõe e discute os achados práticos alcançados por meio da investigação. Por fim, as Conclusões e contribuições sintetizam as descobertas e sugerem caminhos para futuras pesquisas.

2 Revisão bibliográfica

Após a Revolução Industrial, de acordo com Vizeu, Seifert e Hocayen da Silva (2015), as organizações modernas passaram a ser amplamente orientadas pela lógica da maximização do lucro, acumulação e competitividade. Para Drucker (2001), a administração moderna consolidou-se a partir da busca pelo lucro crescente, melhoria contínua da produtividade e expansão do negócio. Entretanto, diversos autores passaram a questionar os impactos sociais, humanos e ambientais desse modelo. Por exemplo, Latouche (2009) critica a lógica do crescimento ilimitado, argumentando que ela ignora os limites ecológicos e sociais. Ainda segundo o autor, a busca permanente por crescimento econômico torna-se incompatível com a sustentabilidade da vida (Latouche, 2009).

De forma semelhante, Harvey (2011) demonstra que o capitalismo contemporâneo busca constantemente novas formas de manter a rentabilidade do capital, mesmo diante de crises econômicas. Entre essas estratégias, o autor cita a flexibilização das relações de trabalho, a redução salarial, a intensificação produtiva e o controle da força de trabalho (Harvey, 2011). Ainda de acordo com Harvey (2011), tais processos ampliam desigualdades sociais e aprofundam formas de exploração.

Analogamente, Antunes (2018) argumenta que a crise do modelo fordista-taylorista impulsionou a emergência da acumulação flexível, caracterizada pela terceirização, pela flexibilização do trabalho e pela instabilidade das relações trabalhistas. Assim, apesar das transformações produtivas, permaneceram as contradições relacionadas à precarização e ao desgaste dos trabalhadores.

Ademais, as consequências desse modelo também se manifestam no plano subjetivo. A respeito disso, Gaulejac (2007) aponta que o foco em eficiência submete os indivíduos a pressões constantes de desempenho, competitividade e autossuperação, contribuindo para o sofrimento psíquico e para a fragilização das relações sociais. Do mesmo modo, Muller (2018) questiona a centralidade excessiva da eficiência nas organizações. Segundo o autor, a priorização absoluta de indicadores de desempenho pode desencorajar a cooperação, a criatividade e a iniciativa coletiva, além de degradar o ambiente de trabalho (Muller, 2018).

Assim, as críticas ao modelo convencional de organização evidenciam a necessidade de compreender outras formas de organizar a vida e o trabalho. Mais do que formular novos modelos de organização, torna-se necessário reconhecer experiências sociais que historicamente estruturam suas atividades a partir de princípios distintos da lógica empresarial convencional, a qual é marcada pela maximização e pela acumulação. Nesse sentido, o campesinato apresenta-se como possibilidade relevante de análise, pois organiza o trabalho e

a produção articulando reprodução social, relações familiares, autonomia e permanência no território.

A economia camponesa constitui, segundo Chayanov (1966), um modo específico de organização social e econômica. Ademais, o autor argumenta que sua lógica está vinculada ao equilíbrio entre as necessidades de consumo da família e o esforço de trabalho disponível (Chayanov, 1966). Assim, produção, consumo e reprodução social encontram-se associados.

Para van der Ploeg (2008), a condição camponesa possui como um dos elementos centrais a luta por autonomia, pois o campesinato existe em contextos marcados por dependência, marginalização e privações. Essa autonomia é construída por meio da criação de uma base própria de recursos, da coprodução entre trabalho humano e natureza e da redução das dependências em relação ao mercado (van der Ploeg, 2008).

A respeito da coprodução, van der Ploeg (2008) afirma que esta constitui um elemento importante da condição camponesa. Para o autor, ela refere-se à transformação dos recursos naturais e sociais em produtos e meios de existência (van der Ploeg, 2008). Nesse processo, van der Ploeg (2008) descreve que as famílias fortalecem sua base de recursos, ampliam sua capacidade de sobrevivência e desenvolvem relativa autonomia.

Outro elemento fundamental no campesinato é a pluriatividade, a qual refere-se, de acordo com Schneider (2009) "a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura". A pluriatividade, ainda segundo o autor, amplia as possibilidades de reprodução social, sendo relativa às condições sociais, econômicas e ambientais de cada família (Schneider, 2009).

Adicionalmente, a diversificação produtiva aparece como estratégia relevante para o campesinato, nela, para A. Martins (2024), a multiplicidade de cultivos e criações reduz a dependência de um único produto, amplia as possibilidades de autoconsumo e fortalece a segurança econômica das famílias.

A respeito dos termos "camponês" e "campesinato", conforme J. Martins (1981), estes consolidaram-se historicamente vinculados às lutas sociais no campo. De modo semelhante, Wanderley (2015) argumenta que o campesinato brasileiro desenvolveu-se em contextos marcados pela concentração fundiária e pela exclusão social, produzindo estratégias permanentes de resistência. Para a autora, o campesinato não constitui apenas uma forma de produção agrícola, mas também um modo de vida articulado à família, à terra e à comunidade (Wanderley, 2015).

Da mesma forma, Fernandes (2000) demonstra que a ocupação de terras no Brasil tornou-se ação histórica da resistência camponesa, na qual a luta pela terra aparece como condição fundamental para a reprodução social das famílias trabalhadoras rurais (Fernandes, 2000). Igualmente a respeito da resistência camponesa, van der Ploeg (2008) afirma que esta não se expressa apenas em mobilizações políticas organizadas, mas também nas práticas cotidianas de produção e organização da vida. A resistência encontra-se, por exemplo, de acordo com autores como van der Ploeg (2008) e A. Martins (2024), na produção diversificada, na preservação de sementes, na redução da dependência de insumos externos, na cooperação e na construção de formas autônomas de reprodução social.

Assim, o campesinato constitui uma forma social que articula trabalho, território, autonomia e resistência, apresentando uma lógica distinta da empresarial convencional. Nesse sentido, os assentamentos rurais são espaços que possibilitam o desenvolvimento das famílias camponesas e de suas estratégias de resistência.

Os assentamentos são resultantes das lutas pela terra e constituem histórias marcadas por disputas políticas, desafios estruturais e construção de formas coletivas de existência.

Conforme o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) (Brasil, 2020), os assentamentos fazem parte da política de reforma agrária e têm como objetivo garantir acesso à terra para trabalhadores rurais sem condições de adquirir propriedades.

Entretanto, diversos autores apontam que o Brasil nunca passou por uma reforma agrária. Por exemplo, segundo Fernandes (2000), o acesso às terras no Brasil é incorretamente chamado de reforma agrária, pois ele ocorreu principalmente através das lutas sociais e da ocupação de terra. A respeito disso, segundo Stedile e Fernandes (2005) e Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST, 2009), o MST articulou ocupações, mobilizações e formas de organização coletiva voltadas à democratização do acesso à terra.

A respeito da compreensão de assentamento, Costa (2024) afirma que estes não podem ser entendidos apenas como unidades produtivas, mas também como projetos políticos e sociais. Para Corrêa, Azevedo e Souza (2020), os assentamentos possuem como objetivos centrais a garantia de condições dignas de vida, a preservação das comunidades e o uso responsável dos recursos naturais. Sobre as características do trabalho nos assentamentos, Leite et al. (2004) afirma que a organização deste ocorre predominantemente com base no trabalho familiar. Ademais, os autores demonstram que as famílias organizam suas atividades de acordo com suas condições, recursos e necessidades específicas (Leite et al., 2004).

Entre as estratégias utilizadas nesses espaços, está a diversificação produtiva, na qual, de acordo com Vieira et al. (2021), as famílias combinam cultivos agrícolas, criação de animais e outras atividades produtivas, fortalecendo sua capacidade de reprodução social.

Além disso, a agroecologia também possui relevância nos assentamentos e pode ser definida, segundo Altieri (2004), como um conjunto de práticas voltadas ao equilíbrio ecológico, à conservação dos recursos naturais e à sustentabilidade da produção agrícola. De forma semelhante, A. Martins (2024), afirma que a agroecologia fortalece a autonomia das famílias camponesas ao reduzir a dependência de insumos externos e reafirmar a função social da terra.

Sobre a importância dos assentamentos, Souza-Esquerdo et al. (2013) demonstram que estes impactam diretamente na qualidade de vida dos agricultores assentados, melhorando-na. Ainda, os autores argumentam que os assentamentos contribuem social e economicamente com o espaço rural brasileiro (Souza-Esquerdo et al., 2013).

Apesar disso, autores como Costa (2024), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (2009) e Baiardi, Mello e Pedroso (2021) relatam que os assentamentos enfrentam limitações, como problemas relacionados à infraestrutura, acesso a crédito, assistência técnica e políticas públicas, dificultando a consolidação e permanência das famílias no campo.

Diante das discussões apresentadas e das lacunas identificadas na literatura, especialmente no que se refere às contradições internas presentes na resistência camponesa, torna-se necessário compreender como essas dinâmicas se manifestam concretamente no cotidiano das famílias assentadas. Assim, esta pesquisa busca analisar de que maneira a organização da vida, do trabalho e da produção constitui estratégias de resistência, ao mesmo tempo em que revela tensões e desafios relacionados à reprodução social no campo. Para isso, apresenta-se o percurso metodológico adotado na investigação.

3 Percurso metodológico

A presente pesquisa adotou abordagem qualitativa, buscando compreender como as estratégias de resistência camponesa são construídas e vivenciadas no cotidiano, analisando também os desafios e ambiguidades presentes na experiência de duas famílias do Assentamento São Joaquim, em Teixeira Soares, Paraná. A escolha do assentamento foi

devido ao contato prévio com uma das famílias entrevistadas, gerando interesse sobre a forma de viver e trabalhar não só dessa família, mas do restante dos assentados. Ademais, o interesse sobre as famílias pesquisadas é também pelo fato de produzirem orgânicos e participarem de diversas associações e coletivos, sendo relevante compreender como produzem e como se organizam em suas diversas atividades.

Segundo Santos Filho (1995), a abordagem qualitativa permite compreender os fenômenos a partir da perspectiva dos próprios sujeitos, valorizando experiências, práticas sociais e contextos específicos. Essa abordagem mostrou-se adequada ao objetivo da pesquisa, pois possibilitou analisar elementos que não poderiam ser compreendidos apenas por dados quantitativos.

Além disso, o estudo possui caráter descritivo-exploratório. A pesquisa é descritiva, pois se alinha ao que Marconi e Lakatos (2003) defendem, ao dizer que este tipo de pesquisa busca detalhar um fenômeno com as informações detalhadas obtidas. Ao mesmo tempo o estudo é exploratório, pois investiga dimensões pouco mapeadas, como descrito por Severino (2007), ao detalhar que a pesquisa exploratória busca levantar dados sobre um determinado objeto, delimitando um campo de estudo.

A pesquisa foi desenvolvida por meio de estudo de caso de duas famílias assentadas, o qual consiste, conforme Yin (2001), em uma estratégia de pesquisa adequada para investigar fenômenos contemporâneos inseridos em contextos reais, especialmente quando se busca compreender questões do tipo “como” e “por que”, e também quando o pesquisador possui pouco controle sobre os eventos analisados. O estudo de caso foi centrado em duas famílias camponesas moradoras do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Teixeira Soares, Paraná.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, observação das propriedades e conversas informais com os participantes da pesquisa. As entrevistas e observações foram feitas em profundidade, permitindo reconhecer aspectos e assimilar elementos das estratégias de resistência desenvolvidas pelas duas famílias pesquisadas.

Ocorreram duas visitas à uma das famílias e uma visita à outra família, permitindo observar as dinâmicas cotidianas das mesmas, os espaços produtivos, a organização das atividades agrícolas e as formas de interação entre trabalho e vida familiar. As visitas ocorreram entre fevereiro e março de 2026, com uso de entrevistas e conversas informais.

A entrevista foi estruturada em 5 tópicos de investigação, buscando compreender aspectos relacionados à trajetória das famílias, organização da vida e do trabalho, formas de produção, relações com o mercado, estratégias de permanência e resistência no campo, além das percepções sobre o assentamento e a condição de assentado. As informações da entrevista foram coletadas por meio de gravações de voz, anotações em papel e no celular. As gravações tiveram duração de 57 minutos para uma das famílias e 1 hora e 19 minutos, dividida em duas partes, para a família dois.

A respeito das conversas informais, estas foram feitas tanto pessoalmente, antes do início das gravações, quanto depois destas, de forma remota no celular, por meio de aplicativo de mensagens. Nessas conversas, foram captadas percepções e detalhes complementares aos obtidos durante as gravações, inclusive respondendo às perguntas que acrescentaram na análise dos dados coletados. Além das entrevistas e conversas, a pesquisadora caminhou pelas propriedades rurais, sozinha, analisando o entorno, tirando fotos e anotando as percepções, e também acompanhada de membros das famílias, os quais explicavam e tiravam dúvidas da pesquisadora.

As gravações de voz foram transcritas em um documento, no qual foram juntadas as anotações feitas em papel e no celular. As fotos das propriedades foram salvas em duas pastas diferentes para cada família. Após, foi feita a leitura preliminar, grifando falas interessantes. Depois foi realizada codificação aberta e axial. Com isso, foram construídas as categorias teóricas vinculadas ao referencial teórico utilizado, as quais serão apresentadas na próxima seção.

3.1 Contexto da pesquisa

O Assentamento São Joaquim teve origem a partir da ocupação de uma fazenda pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), em 16 de outubro de 1987. Atualmente, o assentamento é composto por diferentes áreas e lotes, reunindo famílias que desenvolvem distintas estratégias de produção e organização da vida.

A pesquisa foi realizada de forma presencial com duas famílias assentadas. A família um é composta por 4 integrantes, sendo eles: a mãe, com 41 anos, o pai, com 43 anos, e dois filhos, o mais velho com 22 anos e a mais nova com 14 . A mãe trabalha na propriedade e também é chefe do desenvolvimento agrário na Secretaria Municipal de Agricultura de Teixeira Soares. O pai e o filho trabalham na propriedade e também com prestação de serviços de transporte utilizando caminhão da família. No caso da família um, sua produção é totalmente orgânica e agroecológica, usando métodos alternativos para cuidar das plantações e do solo, como uso de homeopatia e de chás de ervas medicinais. Na propriedade são cultivadas hortaliças, frutas, tubérculos, grãos, plantas medicinais, plantas para cobertura de solo e plantas para barreira natural. Em complemento, possuem galinhas e peixes na propriedade. A família possui certificação de produção orgânica e faz parte de associações que a promovem.

A família dois é composta por 4 integrantes: a mãe, com 51 anos, o pai, com 67 anos, e os dois filhos do casal, o mais velho com 23 anos e o mais novo com 21 anos. Os quatro integrantes da família dedicam-se exclusivamente a trabalhar na propriedade em atividades diversas, porém, na época da pesquisa, o filho mais velho estava trabalhando na propriedade de seu tio, morador do mesmo assentamento. A família dois cultiva, de forma orgânica, hortaliças, frutas, tubérculos, plantas medicinais e outras plantas usadas para cobertura de solo e barreira natural. Ao mesmo tempo, planta soja e feijão de forma convencional em outro espaço mais afastado. Adicionalmente, produzem leite, então possuem vacas leiteiras, também possuem novilhas, bois, galinhas e porcos. A família possui certificação de produção orgânica desde 2004.

As famílias pesquisadas possuem vínculo familiar entre si: as mulheres de ambas as famílias são irmãs e filhas de agricultores que chegaram ao assentamento nos primeiros anos de ocupação.

As duas famílias envolvem-se em grupos, cooperativas e associações do assentamento e da região. Também participam de grupos de troca de sementes e da feira de produtos agrícolas de Teixeira Soares. Inclusive uma das associações, que as mulheres de ambas as famílias pesquisadas participam, é responsável por entregar panificados para a merenda escolar da região.

As trajetórias das famílias entrevistadas encontram-se diretamente ligadas à luta pela terra. Ambas possuem relação com os primeiros momentos de ocupação do assentamento e compartilham experiências marcadas pelas dificuldades iniciais de instalação no território. Segundo os relatos das famílias, no início do assentamento não havia infraestrutura básica, as famílias conviviam com ausência de energia elétrica, dificuldades de acesso à água, estradas

precárias e escassez de recursos materiais (mãe da família dois; mãe da família um, 2026, informação verbal). A sobrevivência dependia de doações, trocas e ajuda mútua entre os assentados, como relatado pela mãe da família um (2026, informação verbal).

A respeito da história das famílias com o assentamento, a mãe da família um relatou que chegou ao assentamento ainda criança, acompanhando seus pais durante o processo de ocupação (mãe da família um, 2026, informação verbal). A mãe da família dois, por ser sua irmã, possui a mesma história de chegada ao assentamento. Segundo a mãe da família um (2026, informação verbal), as famílias precisavam dividir alimentos, caminhar longas distâncias até a cidade e enfrentar condições difíceis de permanência no território.

Já o pai da família dois participou de processos anteriores de acampamento e mobilização pela reforma agrária, antes de se instalar no Assentamento São Joaquim, posteriormente casou-se com a mãe da família dois. A partir das falas do pai da família dois, foi possível notar seu conhecimento sobre a situação do campo brasileiro, reforma agrária e leis. Em seu relato, ele destacou experiências de greve de fome, deslocamentos entre acampamentos e a expectativa de conquista da terra (pai da família dois, 2026, informação verbal). Esses relatos demonstram que a ocupação da terra constituiu uma forma inicial de resistência camponesa, o que se aproxima do que Fernandes (2000) afirma sobre a ocupação ter se tornado uma prática histórica de luta por terras e de construção do campesinato brasileiro.

Ao longo dos anos, as famílias entrevistadas consolidaram suas unidades produtivas, construíram moradias e desenvolveram estratégias de permanência no assentamento. Atualmente, as propriedades possuem melhores condições estruturais, incluindo boas moradias, acesso à energia elétrica, água, internet e espaços produtivos organizados.as atividades produtivas distribuídas entre os membros da família de acordo com as necessidades da propriedade, os conhecimentos acumulados, preferências e possibilidades físicas de cada integrante. Observou-se que trabalho e vida cotidiana encontram-se profundamente integrados, sendo articulados de forma a possibilitar a permanência e

Assim, a permanência dessas famílias no território evidencia que a resistência camponesa não se limita ao momento da ocupação da terra. Ela é um processo contínuo, presente nas práticas cotidianas de produção, organização do trabalho e reprodução da vida, com conflitos, ambiguidades e tensões internas.

4 Resultados e discussão

Com as entrevistas, conversas e observações, identificou-se nas famílias diversos elementos que dizem respeito à estratégia de resistência camponesa. A análise dos resultados foi organizada em categorias de estratégias utilizadas pelas famílias entrevistadas para resistirem no território. Ao fim, apresentam-se as contradições internas, tanto no nível familiar quanto no nível do assentamento.

4.1 A centralidade da família na organização da vida e do trabalho

Nas famílias pesquisadas, o trabalho organiza-se a partir da mão de obra familiar, como forma de resistência no território. Diferentemente das organizações empresariais convencionais, nas quais o trabalho é orientado pelas demandas de mercado, separado da vida doméstica e estruturado por relações hierárquicas rígidas, nas unidades camponesas o trabalho vincula-se à dinâmica familiar.

As decisões relacionadas à produção, à comercialização e ao manejo das atividades são tomadas considerando não apenas critérios econômicos, mas também aspectos ligados ao

bem-estar da família, às condições de trabalho e à permanência no campo. No início, as famílias explicaram que trabalhavam com o que podiam fazer no momento, visando a obtenção de dinheiro para suprir suas necessidades e vontades (mãe da família um, pai da família dois, 2026, informação verbal). Atualmente, as famílias organizam seu trabalho e produção mais livremente, ainda que determinado por fatores como a obtenção de recursos monetários, vontades pessoais, familiaridade com o trabalho, condições sociais e ambientais, entre outros.

Nota-se que a organização do trabalho tendo a família como eixo central de organização permite elevada flexibilidade e adaptabilidade. De acordo com a mãe da família um (2026, informação verbal), as atividades desenvolvidas na propriedade variam conforme as condições climáticas, as demandas da produção, as necessidades da família e as oportunidades de comercialização. Verificou-se que as famílias mobilizam estratégias de ajuda mútua e cooperação. Em determinados momentos, como explicado pela mãe e pelo pai da família dois (2026, informação verbal), há troca de trabalhos entre as propriedades, nas quais familiares e vizinhos auxiliam nas atividades produtivas, especialmente em períodos de maior demanda de trabalho, como na época de colheita.

Dessa forma, as práticas evidenciam que a organização do trabalho camponês não se estrutura exclusivamente por relações mercantis, mas centrada na família e suas necessidades de reprodução. A dinâmica de resistência encontra-se no cotidiano da produção, a qual é marcada por relações de parentesco, solidariedade e reciprocidade, desempenhando papel central na manutenção das famílias e de suas unidades produtivas.

4.2 Diversificação produtiva e reprodução social

A diversificação produtiva constitui uma das principais estratégias de resistência identificadas nas famílias pesquisadas. Durante as visitas, observou-se a presença de hortas orgânicas, com cultivos variados e também criação de animais. A respeito disso, a mãe da família dois (2026, informação verbal) comenta que cuida da horta inclusive para que não precise ir ao mercado, pensando também na qualidade do alimento por ser orgânico. Segundo A. Martins (2024), a diversificação produtiva constitui estratégia importante da economia camponesa porque fortalece a autonomia e amplia as possibilidades de utilização dos recursos disponíveis.

A diversidade de cultivos presentes nas propriedades pesquisadas ocorre também para autoconsumo, já que parte significativa dos alimentos consumidos pelas famílias é produzida nas suas próprias hortas, reduzindo gastos monetários e fortalecendo a segurança alimentar. Com isso, nota-se que a produção para autoconsumo fortalece a autonomia das famílias ao reduzir dependências externas, além de contribuir para a manutenção de conhecimentos tradicionais relacionados ao cultivo, ao manejo da terra e à alimentação.

Ambas as famílias relataram preocupação com as origens dos produtos consumidos, preferindo produzi-los em casa para manter o controle da qualidade do alimento e da saúde da família. Segundo a mãe da família um, para sua família produzir orgânicos é questão de saúde e qualidade de vida “produzir um alimento de verdade, como diz, e a gente sabe que isso é possível, tantos anos de trabalho e a gente sabe que é possível produzir sem nada (de agrotóxicos)” (mãe da família um, 2026, informação verbal). Igualmente, o pai da família dois argumenta que, ao consumir um produto natural, sem uso de insumos agrícolas, ele tem menos problemas de saúde, inclusive não precisando frequentar postos de saúde e tomar remédios (pai da família dois, 2026, informação verbal).

Vinculada a estratégia de diversificação produtiva observou-se também a presença de práticas que reduzem a dependência de insumos externos e ampliam a dinâmica de autonomia produtiva. As famílias utilizam sementes próprias, adubação orgânica e manejo menos dependente de produtos químicos (mãe da família um, 2026, informação verbal). Outro exemplo é o relato do pai da família dois, que produz a ração para as vacas em casa, buscando reduzir os custos do processo (pai da família dois, 2026, informação verbal). Essas práticas corroboram as observações de van der Ploeg (2008) sobre fortalecimento da base de recursos e construção de autonomia camponesa.

Dessa forma, a estratégia de diversificação da produção adotada pelas famílias pesquisadas demonstra preocupação com a manutenção da família, com a qualidade de vida, saúde e autonomia em relação ao mercado. Além disso, aspectos relacionados à estabilidade da unidade familiar e ao bem-estar também são levados em conta pelos entrevistados, garantindo a reprodução social dos assentados.

4.3 Pluriatividade como complementação da renda

Outra estratégia identificada nas famílias pesquisadas foi a pluriatividade, caracterizada por Schneider (2009), como "um fenômeno que pressupõe a combinação de duas ou mais atividades, sendo uma delas a agricultura".

Nas famílias pesquisadas, a pluriatividade acontece de duas formas: na família um os adultos trabalham em trabalhos externos à propriedade devido às decisões tomadas anteriormente, mas não por necessidade. Em relação às decisões anteriores de trabalhar externamente à propriedade, a mãe da família um explicou que trabalha na Secretaria de agricultura para contribuir com a visão e experiência do agricultor em um cargo público, ajudando outras comunidades a terem acesso aos programas e projetos governamentais para agricultores (mãe da família um, 2026, informação verbal). No entanto, a mãe da família um admite "eu 'taria' ganhando mais se 'tivesse' em casa do que na prefeitura" (mãe da família um, 2026, informação verbal). Isso mostra que as decisões de trabalho atualmente, para a mãe da família um, não envolvem apenas o retorno financeiro, mas a preocupação com a possibilidade de se inteirar sobre o funcionamento da secretaria e proporcionar o desenvolvimento da agricultura no município, contribuindo com a melhoria da vida de outros camponeses.

Já na família dois, a pluriatividade ocorre para complementação da renda, pois, na época das entrevistas, o filho mais velho da família dois estava trabalhando na propriedade de seu tio, também morador do assentamento, devido ao impedimento de comercializar sua produção orgânica por um prazo estipulado pela associação que faz parte. Em determinados períodos, os membros das duas famílias realizam trabalhos temporários, prestação de serviços ou atividades externas à sua propriedade, da mesma forma que recebem vizinhos e familiares para trabalharem em sua propriedade durante épocas específicas (mãe da família um, 2026, informação verbal). A pluriatividade também amplia a capacidade de escolha das famílias. Conforme van der Ploeg (2008), ela reduz dependências em relação ao mercado agrícola e fortalece a autonomia camponesa.

Adicionalmente, as famílias também participam de circuitos locais de comercialização, vendendo produtos em feiras e em programas institucionais como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos) e o PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). Esses programas representam uma importante estratégia de fortalecimento das unidades produtivas camponesas, pois garantem canais de comercialização relativamente estáveis e contribuem para a geração de renda.

Essa multiplicidade de atividades reduz a dependência de um único produto e amplia as possibilidades de reprodução social. Assim, a pluriatividade não significa abandono da agricultura, pelo contrário, as atividades externas frequentemente funcionam como mecanismo de sustentação da própria permanência no campo. De acordo com van der Ploeg (2008), a pluriatividade é responsável por dar capacidade de escolha aos camponeses, por exemplo, podendo complementar a renda e obter patrimônio para investir em compras.

Dessa forma, nota-se que a multiplicidade de atividades realizada pelas duas famílias está ligada também a outros aspectos subjetivos, como a vontade da mãe da família um de ver outras famílias agricultoras se desenvolvendo e, por este motivo, ter aceitado o cargo na prefeitura (mãe da família um, 2026, informação verbal).

Com isso, observa-se que as famílias procuram manter a centralidade da unidade produtiva e na família, utilizando as rendas complementares para fortalecer as condições de reprodução familiar e também colaborar com a reprodução de outros agricultores camponeses. Essa dinâmica demonstra a capacidade adaptativa das famílias camponesas diante das transformações econômicas e sociais contemporâneas.

4.4 Construção da autonomia

Nas famílias pesquisadas, observou-se um esforço contínuo de construção de autonomia. Essa autonomia não significa ausência completa de relações mercantis ou independência total do mercado, mas refere-se à tentativa de ampliar a capacidade de decisão das famílias sobre sua produção e suas condições de vida. Como relatado pela mãe da família um (2026, informação verbal), “o objetivo da família é ter uma diversidade grande de ‘alimento’, ‘pra’ que a gente seja cada vez menos dependente de mercado, de coisas de fora”.

Assim, a autonomia manifesta-se na diversificação produtiva, na produção de boa parte dos alimentos consumidos, na redução do uso de insumos externos, desde o preparo do solo até a colheita, e na valorização do trabalho familiar. Adicionalmente, as famílias demonstram preocupação em manter relativa estabilidade econômica sem subordinar completamente suas decisões à lógica da produtividade máxima ou das demandas de mercado.

Dessa forma, observou-se que a qualidade de vida, a permanência no campo e a continuidade da família na propriedade possuem importância central. A relação com a terra também aparece como elemento fundamental da resistência camponesa, na qual a terra não é percebida como recurso a ser explorado, mas como espaço de reprodução da vida, de trabalho, pertencimento e construção da história familiar.

Os relatos dos entrevistados revelam forte valorização da trajetória construída no assentamento, especialmente diante das dificuldades enfrentadas desde os primeiros anos de ocupação. A melhoria das condições de vida ao longo do tempo aparece como resultado direto da resistência cotidiana das famílias. Para o pai da família dois, ser uma família assentada foi uma saída, pois, segundo ele:

> Se não fosse a organização do Movimento Sem Terra, eu não ia ter onde trabalhar. Porque eu só estudei até a quinta série, ia arrumar que serviço? E eu sempre trabalhei na roça. Por isso que hoje a gente sabe como é que ‘é’ as coisas. A gente trabalha ‘pra’ administrar tudo. ‘Pra’ nós foi muito bom vir o assentamento (2026, informação verbal).

Além disso, as conquistas relacionadas à moradia, infraestrutura e consolidação da produção foram construídas gradualmente por meio do trabalho e da permanência no território. Segundo a mãe da família um, ao ser questionada se viver no assentamento é uma

forma de resistência, relatou "lá atrás foi uma resistência e hoje continua sendo uma resistência, porque ainda assim a gente tem bastante discriminção, muita gente fala coisas que não sabe, eu acho que é uma resistência a gente permanecer" (mãe da família um, 2026, informação verbal).

Mesmo diante das dificuldades, as famílias entrevistadas demonstram um grande vínculo com o território e a vida no campo. Como relatado pela mãe da família um, "o assentamento me proporcionou ter a vida que eu tenho hoje, [...] produzindo e incentivando meus filhos, incentivando outras 'família', outras 'comunidade'" (mãe da família um, 2026, informação verbal). Observa-se a satisfação das famílias com a vida construída, na qual a terra não aparece apenas como meio de produção, mas também como espaço de pertencimento, memória e construção da vida familiar.

4.5 Contradições internas da resistência cotidiana

Apesar da melhoria das condições de vida, as famílias pesquisadas ainda enfrentam diversos desafios. Entre eles destacam-se as limitações de políticas públicas, os problemas relacionados à comercialização e escoamento da produção, a saída das famílias agricultoras do assentamento e as incertezas sobre a permanência das novas gerações no campo. Mesmo diante dessas dificuldades, as duas famílias continuam desenvolvendo estratégias voltadas à reprodução social e à manutenção da unidade camponesa, em um processo permanente de adaptação, organização, luta por melhores condições de vida e construção de alternativas frente às pressões econômicas e sociais do modelo agrícola dominante.

Observou-se que a permanência dos filhos nas propriedades aparece como preocupação relevante das duas famílias. Nelas, os jovens participam das atividades produtivas e contribuem para a continuidade da unidade camponesa, desejando inclusive permanecer no assentamento. O filho mais velho da família dois formou-se em Agronomia em um Instituto Federal da região e permaneceu trabalhando na propriedade. De forma semelhante, a filha da família um, que ainda está no ensino fundamental, deseja cursar Agronomia na mesma instituição e trabalhar com seus pais no assentamento.

No entanto, essa não é a realidade do restante das propriedades do assentamento, como comentado pela mãe da família um e pelo pai da família dois (2026, informação verbal). Inclusive, a família dois percebe a saída de famílias completas do assentamento, devido principalmente ao arrendamento de terras, por parte dos pais, para terceiros cultivarem (mãe da família dois; pai da família dois, 2026, informação verbal). Com o arrendamento das terras, os filhos das famílias assentadas são obrigados a trabalharem fora do assentamento, passando inclusive a viver nas cidades.

Por esse motivo, a mãe e o pai da família dois buscam, nas reuniões do assentamento, incentivar os jovens a permanecerem no campo. Segundo a mãe da família dois, esses jovens estão gostando de frequentar as reuniões e possuem interesse em continuar no assentamento, "eles estão vendo que às vezes não precisam ir pra cidade achar emprego, aqui mesmo eles vão conseguir ter o dinheirinho deles" (mãe da família dois, 2026, informação verbal). Dessa forma, a sucessão familiar constitui aspecto importante da reprodução social no campo. A permanência das novas gerações depende das condições de vida oferecidas pelo assentamento, das perspectivas econômicas e das possibilidades de continuidade do trabalho agrícola.

Além disso, os pais da família dois notam que muitos agricultores não participam dos grupos coletivos e reuniões do assentamento, pois envolvem-se, por exemplo, em contratos de colheita de fumo, no qual os agricultores vendem sua força de trabalho em troca de

remuneração. No entanto, o pai da família dois relatou que os agricultores que trabalham dessa forma sentem-se "amarrados" ao contrato, sendo impedidos de estarem presentes nesses encontros para conseguirem receber a remuneração (mãe da família dois; pai da família dois, 2026, informação verbal).

Por outro lado, as famílias também enfrentam impasses em relação ao mercado e a venda de sua produção. Para o pai da família dois (2026, informação verbal), o baixo preço de produtos como o leite e a batata acaba "quebrando" os agricultores. Ao mesmo tempo, ele relata que já tentaram vender produtos orgânicos em um mercado da cidade vizinha, porém não conseguiram vender grandes quantidades devido ao preço ser um pouco mais alto que os mesmo produtos que foram cultivados de forma convencional, com uso de insumos agrícolas (pai da família dois (2026, informação verbal).

Ainda, o pai da família dois relata sentir dificuldade para escoar seus produtos, como em dois casos citados, o primeiro o fato da prefeitura do município do assentamento ter encomendado, aos agricultores, cebolas para merenda escolar, no entanto, na hora da entrega, eles queriam uma quantidade baixa, de 5 quilos, e o restante foi jogado fora (pai da família dois, 2026, informação verbal). O segundo caso é relativo ao fato do município que o assentamento se localiza ser agrícola e, para o pai da família dois (2026, informação verbal), isso acarreta em ninguém querer comprar os produtos, gerando pouco retorno ao tentar vender na feira do produtor na cidade.

Para o pai da família dois, falta continuidade para a reforma agrária, para que os filhos dos pais assentados tenham direito à terra ao atingir a maioridade. Dessa forma, ele acredita que isso incentivaria os jovens a permanecerem no campo e darem continuidade ao trabalho desenvolvido pelas famílias, pois atualmente é "tudo por conta, não tem recurso, não tem nada" (pai da família dois, 2026, informação verbal). A fala evidencia a percepção da ausência de apoio estatal e de políticas públicas voltadas à continuidade das famílias no assentamento, revelando contradições presentes na própria resistência das famílias, que dependem não só de suas próprias estratégias para permanência, mas de ações institucionais para garantir sua reprodução social e continuidade.

Diante do exposto, nota-se, a partir dos relatos das entrevistas, que apesar das dificuldades, as duas famílias pesquisadas possuem realidades distintas de outras famílias do mesmo assentamento, pois os jovens desejam permanecer na propriedade, as famílias produzem majoritariamente orgânicos, possuem diversidade de cultivos em suas unidades produtivas e afirmam conseguir manter suas vidas apenas com o trabalho e produção dentro das propriedades.

Assim, as estratégias de resistência das famílias, identificadas na pesquisa, não se restringem às mobilizações políticas ou à luta inicial pela terra, manifestando-se também nas práticas cotidianas desenvolvidas pelas famílias. A permanência no território, a manutenção da produção diversificada, a utilização do trabalho familiar, a produção para autoconsumo, a permanência dos filhos no campo e a redução das dependências externas constituem formas de resistência ao modelo dominante de organização da agricultura. Como demonstrado por van der Ploeg (2008), a resistência camponesa encontra-se nas práticas concretas de organização da produção e da vida.

5 Conclusões e contribuições

O presente artigo buscou compreender as estratégias de resistência presentes na organização da vida, do trabalho e da produção de duas famílias camponesas do Assentamento São Joaquim, localizado no município de Teixeira Soares, Paraná. Os

resultados demonstraram que as famílias entrevistadas percebem o assentamento como um espaço de conquista, segurança e possibilidade de construção de suas vidas, expressando satisfação com sua condição de assentadas, com o trabalho desenvolvido e com o modo de vida construído no território.

As estratégias de resistência identificadas manifestam-se em diferentes dimensões, destacando-se a centralidade da família, a diversificação produtiva, o autoconsumo, a pluriatividade e a busca por maior autonomia em relação ao mercado e aos insumos externos. Nesse sentido, os resultados encontrados corroboram discussões já presentes na teoria do campesinato, especialmente em autores como Chayanov (1966), van der Ploeg (2008), Wanderley (2003; 2015) e A. Martins (2024), ao evidenciarem que o campesinato se orienta pela reprodução social da família, pela continuidade da unidade produtiva e pela permanência no território.

A pesquisa confirmou empiricamente elementos discutidos pela teoria da economia camponesa de Chayanov (1966), especialmente no que se refere à centralidade do trabalho familiar, à integração entre vida e trabalho e à busca pelo equilíbrio entre produção e necessidades da família.

Do mesmo modo, o estudo aproxima-se das reflexões de van der Ploeg (1966) sobre a construção de autonomia camponesa por meio da diversificação produtiva e da redução da dependência externa. Além disso, as análises de Wanderley (2003; 2015) e A. Martins (2024) sobre a permanência do campesinato em meio às contradições do modelo agrícola convencional se expressam na realidade pesquisada, marcada por processos de resistência, dependência e adaptação.

Entretanto, a principal contribuição deste estudo está na interpretação dessas práticas como estratégias concretas de resistência e permanência. A pesquisa demonstrou que práticas cotidianas, como a produção diversificada, o autoconsumo, a cooperação (familiar e comunitária), o cuidado com a terra e a permanência no assentamento, são a resistência na forma prática, enfrentando as dificuldades estruturais e as pressões do modelo agrícola convencional.

Além disso, a pesquisa evidenciou limites e contradições que permeiam a continuidade dessas formas de resistência, entre elas destacam-se as dificuldades relacionadas à comercialização da produção, ao escoamento dos produtos, à permanência dos jovens no campo e à insuficiência de políticas públicas voltadas aos assentamentos. Esses elementos aparecem expressivamente nas entrevistas e indicam a necessidade de aprofundamento de estudos sobre as condições concretas de continuidade do campesinato na atualidade.

Do ponto de vista dos estudos organizacionais, a pesquisa contribui para ampliar o debate sobre formas distintas de organizar a vida e o trabalho, evidenciando sentidos distintos da lógica empresarial convencional. As duas famílias pesquisadas organizam sua produção a partir de relações de cooperação, vínculos familiares, integração com a natureza e preocupação com a reprodução da vida, demonstrando que existem outras formas possíveis de organização social e econômica, como também reafirmando a importância das experiências camponesas na construção de alternativas frente às crises sociais, econômicas e ambientais contemporâneas.

Como limitação do estudo, destaca-se que a pesquisa é um recorte específico da realidade camponesa, não podendo ser generalizada para todos os assentamentos ou famílias rurais. Ainda assim, a profundidade das entrevistas e das observações realizadas permitiu compreender aspectos importantes das estratégias de resistência presentes no cotidiano das duas famílias.

Sugere-se, para pesquisas futuras, a ampliação de estudos sobre assentamentos rurais e formas camponesas de organização do trabalho, especialmente em temas relacionados à juventude rural, sucessão familiar, comercialização da produção, políticas públicas e relações entre assentamentos e mercados.

Por fim, o estudo reforça que o campo constitui um espaço rico de saberes, experiências e formas de organização social que podem contribuir para reflexões sobre modos de vida mais sustentáveis e socialmente justos. Em um contexto marcado por crises ambientais, sociais e econômicas, torna-se necessário que a administração e os estudos organizacionais ampliem seu olhar para formas organizativas que apresentam importantes contribuições para o mundo contemporâneo.

Referências

ALTIERI, M. **Agroecologia**: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável. 4. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão [recurso eletrônico]**: o novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BAIARDI, A; MELLO, P. F.; PEDROSO, M. T. M. Reflexões sobre as causas do declínio da reforma agrária no Brasil. COLÓQUIO, **Revista do Desenvolvimento Regional**, Faccat, Taquara/RS, v. 18, n. 4, out./dez. 2021.

BOEHM, S; SCHUMER, C. **10 conclusões do Relatório do IPCC sobre Mudanças Climáticas de 2023.** WRI Brasil, 24 mar. 2023. Disponível em: https://www.wribrasil.org.br/noticias/10-conclusoes-do-relatorio-do-ipcc-sobre-mudancas-climaticas-de-2023. Acesso em: 14 mai. 2026.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **Assentamentos**. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, 2020. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos. Acesso em: 13. mai. 2026.

CHAYANOV, A. V. **The Theory of Peasant Economy**. Edited by D. Thorner, B. Kerblay, and R. E. F. Smith. Homewood, IL: Richard D. Irwin, 1966.

CORRÊA, A; AZEVEDO, J; SOUZA, L. **Reforma Agrária Popular: Um projeto de sociedade construído no campo.** MST, 3 out. 2020. Disponível em: https://mst.org.br/2020/10/03/reforma-agraria-popular-um-projeto-de-sociedade-construido-no-campo/. Acesso em: 13 mai. 2026.

COSTA, O. C. da. Assentamentos rurais no Brasil: Políticas agrárias e suas implicações. **Research, Society and Development**, v. 13, n. 3, e10413345339, 2024.

DRUCKER, P. F. **O melhor de Peter Drucker**: a administração. São Paulo: Nobel, 2001.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução Ivo Storniolo. Aparecida, SP: Idéias & Letras, 2007.

HARVEY, D. **O enigma do capital**, e as crises do capitalismo. Tradução de João Alexandre Peschanski. São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

ILLICH, I. **O direito Ao Desemprego Criador:** A Decadência Da Idade Profissional. Tradução de Joaquim Campelo Marques. Editorial Alhambra. 1979.

LATOUCHE, S. **Pequeno tratado do decrescimento sereno**. 1. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

LEITE, S. et al. Impactos dos assentamentos: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: **Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura - IICA, Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural - NEAD**; São Paulo: Unesp [distribuidor], 2004.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. F. G. **O desenvolvimento do capitalismo na agricultura e a exploração do trabalho camponês.** 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2024.

MARTINS, J. de S. **Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político**. Petrópolis: Vozes, 1981.

MST - MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **Os Assentamentos**. Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, 2009. Disponível em: https://mst.org.br/2009/11/17/os-assentamentos/. Acesso em: 14 mai. 2026.

MULLER, J. Z. **Tyranny of metrics**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL. **Brasil**: Afastamentos por problemas de saúde mental aumentam 134%. Nações Unidas no Brasil, 17 abr. 2025. Disponível em: https://brasil.un.org/pt-br/292926-brasil-afastamentos-por-problemas-de-sa%C3%BAde-mental-aumentam-134. Acesso em: 13 mai. 2026.

SANTOS FILHO, J. C. dos; GAMBOA, S. S. (org.). **Pesquisa educacional**: quantidade-qualidade. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2013. (Coleção Questões da Nossa Época; v. 46.).

SCHNEIDER, S. **A pluriatividade na agricultura familiar**. 2. ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

VIZEU, F; SEIFERT, R. E.; HOCAYEN-DA-SILVA, A. J. Organizações não capitalistas na América Latina: lições de uma comunidade brasileira de base rural, Sistemas Faxinais. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, RJ, v. 13, n. 2, p. 369 a 389, 2015.

STEDILE, J. P; FERNANDES, B. M. **Brava gente**: a trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. 3a reimpressão. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2005.

VAN DER PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**; tradução Rita Pereira. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

VIEIRA, A. C. et al. PERFIL DA AGRICULTURA FAMILIAR E GESTÃO DO EMPREENDIMENTO RURAL NO ASSENTAMENTO ITAMARATI – MS. **Empreendedorismo, Gestão e Negócios**, v. 10, n. 10, Mar. 2021, p. 263-274.

WANDERLEY, M. de N. B. **Agricultura familiar e campesinato: rupturas e continuidade**. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 21, Outubro, 2003: 42-61.

WANDERLEY, M. de N. B. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. RESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014 – Impressa em Fevereiro de 2015.